



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 9/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011.

Dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, Exercício 2011, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, Exercício 2011, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
DE AUDITORIA INTERNA**

PAINT

EXERCÍCIO 2011

Porto Velho, 17 Janeiro de 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA



SUMÁRIO

Introdução	02
Instituição	02
Auditoria Interna	04
Recursos Humanos, Materiais e Tecnológicos	05
Proposta Orçamentária 2011	07
Áreas de Atuação e Métodos a Serem Aplicados	10
Ações de Auditoria Interna Prevista e Seus Objetivos	12
Resultados Esperados	21
Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitações Previstas para o Fortalecimento das Atividades da Auditoria Interna	22
Resumo do PAINT 2011	23
Considerações Finais	24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



INTRODUÇÃO

Apresento o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, relativo ao exercício de 2011 que tem por finalidade estabelecer as atividades a serem executadas na Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) programada para o referido exercício.

O presente plano foi elaborado em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa CGU-PR n.º 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa CGU-PR n.º 9, de 14 de novembro de 2007, abordando os itens contidos no art. 2º da Instrução Normativa SFC/CGU-PR n.º 01, de 03 de janeiro de 2007.

Ressalto que este constitui no primeiro Plano elaborado pela Unidade de Auditoria Interna do IFRO, visto que o exercício para a função de Chefe da Auditoria Interna somente ocorreu a partir de 01/01/2011, conforme Portaria n.º 693 de 21/12/2010, publicada no DOU do dia 23/12/2010.

INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), resultado da integração da Escola Federal de Rondônia, criada pela Lei n.º. 11.534 de 25/10/2007, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, criada pela Lei n.º. 8.670 de 30/06/1993, instituído pela Lei Federal n.º. 11.892, de 29 de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



dezembro de 2008, lei esta responsável pela reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica unindo as escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETS em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais.

Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica para os diversos setores da economia e na realização de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada.

O IFRO é composto atualmente pelas seguintes Unidades:

- a) Reitoria, sediada em Porto Velho / RO, localizado na Avenida Calama, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Distrito 1, Zona 1, Setor 11, Quadra 169, Lote 0994 - Porto Velho - Rondônia - CEP 76800-000 – Em construção, e em funcionamento na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - Rondônia - CEP 76821-002;
- b) Campus Colorado do Oeste, localizado na Rodovia 39, Km 05 - Zona Rural - Colorado do Oeste - Rondônia - CEP 76993-000 - Caixa Postal 47;
- c) Campus Ji-Paraná, localizado na Rua Rio Amazonas, 151 - Jardim dos Migrantes - Ji-Paraná - Rondônia - CEP 76900-730;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



- d) Campus Vilhena, localizado na BR - 174, Km 03 – Vilhena - Rondônia - CEP 76980-970;
- e) Campus Ariquemes, localizado na Rodovia 257, km 09, Zona Rural - Ariquemes - Rondônia - CEP 76872-000;
- f) Campus Porto Velho, localizado na Avenida Calama, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Distrito 1, Zona 1, Setor 11, Quadra 169, Lote 0994 - Porto Velho - Rondônia - CEP 76800-000 – Em construção, e em funcionamento na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial;
- g) Campus Avançado Porto Velho, localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - Rondônia - CEP 76821-002;
- h) Campus Cacoal, localizado na BR 364, Km 228, Lote A, Zona Rural – Cacoal/RO – CEP 76.960-970.

AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o Estatuto do Instituto Federal de Rondônia aprovado pelo Conselho Superior desta instituição através da Resolução Nº. 03, de 31 de Agosto de 2009 e publicada no DOU em 01 de Setembro de 2009, a Auditoria Interna é o órgão de controle interno responsável por assessorar a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, subordinado administrativamente ao Reitor, vinculada ao Conselho Superior.

Visto isto, o objetivo geral da Auditoria Interna é assegurar que não ocorram erros potenciais, mediante o controle de suas causas. Dentre seus objetivos específicos é possível destacar: assegurar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição; assessorar o Reitor quanto à execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA



e a utilização adequada de recursos e bens disponíveis, visando à eficiência de suas atribuições; assegurar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação; antecipar-se preventivamente ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas, fraudes, dentre outros.

A Auditoria Interna do IFRO encontra-se atualmente em fase de estruturação contando com força de trabalho composta por uma servidora, Chefe da Auditoria Interna, nomeada para exercer as atividades a partir do dia 01/01/2011, conforme Portaria n.º 693 de 21/12/2010, publicada no DOU do dia 23/12/2010. No decorrer do exercício de 2011 será feita análise e solicitação do quantitativo necessário de integrantes para atender a demanda de serviços na Auditoria Interna.

RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

A Auditoria interna compõe-se de uma servidora como segue quadro abaixo:

CÓDIGO DA UG	SERVIDOR	FORMAÇÃO	CARGO	FUNÇÃO
158148	Cheyenne Bronstrup Santana	Ciências Contábeis	Assistente em Administração	Chefe da Auditoria Interna

Sendo os recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades da auditoria interna seguem especificação;

- 1- Computador. (01)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

2- Impressora (01)

Para cálculo das horas consideramos o quantitativo atual com 8 horas trabalhadas diariamente, eliminando-se os feriados, finais de semana e férias, totalizando 1.864 horas/ano. Como segue:

MÊS	QUANTIDADE DE DIAS	FERIADOS E FINS DE SEMANA	FÉRIAS	HORAS / DIA	TOTAL DE ÚTEIS
JANEIRO	31	13	-	8	144
FEVEREIRO	28	8	-	8	160
MARÇO	31	10	-	8	168
ABRIL	30	11	-	8	152
MAIO	31	10	-	8	168
JUNHO	30	9	-	8	168
JULHO	31	10	-	8	168
AGOSTO	31	8	-	8	184
SETEMBRO	30	9	11	8	80
OUTUBRO	31	12	-	8	152
NOVEMBRO	30	10	-	8	160
DEZEMBRO	31	11	-	8	160
TOTAL					1.864

*Esta carga horária poderá, em virtude feriado ou outra programação, sofrer alteração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2011

Segue abaixo a distribuição programática dos créditos orçamentários previstos para 2011:

Órgão:	26000 Ministério da Educação	
Unidade:	26421 Instituto Federal de Rondônia	
	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2011	42.564.341,00
1062	<i>Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</i>	37.962.609,00
1062.09HB PTRES 031609	<i>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</i>	1.456.050,00
	3.3.91.13.00 - Contribuições Patronais	1.456.050,00
1062.1H10	<i>Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica</i>	346.517,00
	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	346.517,00
1062.2319 PTRES 037895	<i>Prestação de Serviços à Comunidade</i>	10.000,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
1062.2992 PTRES 031619	<i>Funcionamento da Educação Profissional</i>	22.332.483,00
	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	112.608,00
	3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais	2.503,00
	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8.745.295,00
	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	32.666,00
	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	117.850,00
	3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	40.429,00
	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	332.400,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

	3.3.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	63.000,00
	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	2.166.479,00
	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	59.011,00
	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	350.000,00
	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	119.500,00
	3.3.90.36.18 - Manutenção e Conservação de Equipamentos	10.000,00
	3.3.90.36.55 - Serviços Técnicos Profissionais de TI	10.000,00
	3.3.90.37.00 - Locação de Mão de Obra	2.146.000,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.320.902,00
	3.3.90.39.95 - Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados	58.000,00
	3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	55.000,00
	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	256.000,00
	3.3.91.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	135.000,00
	3.3.91.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	20.740,00
	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	700.000,00
	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	2.469.100,00
	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1062.2994 PTRES 031620	Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.705.029,00
	3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	409.649,00
	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.165.440,00
	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	100.000,00
	3.3.90.32.00 - Material de Distribuição Gratuita	14.940,00
	3.3.90.32.00 - Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
1062.6301 PTRES 031621	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	191.800,00
	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	19.000,00
	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	172.800,00
1062.6358 PTRES 031622	Capacitação de Recursos Humanos Educação Profissional	377.892,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	190.000,00
	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	130.000,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	57.892,00
1062.6364	Veículos e Transporte Escolar para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	100.000,00
	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
1062.8650	Reestruturação da Rede Federal de Educação de Educação Profissional e Tecnológica	11.442.838,00
	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	4.577.135,00
	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	6.765.703,00
	4.4.90.52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados	100.000,00
1067	Gestão da Política de Educação	556.605,00
1067.4572 PTRES 031617	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	556.605,00
	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	194.000,00
	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	234.000,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.605,00
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	693.983,00
0089.0181 / PTRES 031614	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	693.983,00
	3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas	617.861,00
	3.1.90.03.00 - Pensões	21.978,00
	3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	54.144,00
0750	Apoio Administrativo	3.351.144,00
0750.2004 PTRES 031616	Assistência Médica e Odontológica de Servidores, Empregados e Dependentes	1.060.020,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.060.020,00
0750.2010 PTRES 031613	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	71.280,00
	3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais	71.280,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



0750.2011 PTRES 031611	<i>Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</i>	485.760,00
	3.3.90.49.00 - Auxílio-Transporte	485.760,00
0750.2012 PTRES 031610	<i>Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</i>	1.652.544,00
	3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação	1.652.544,00
0750.20CW PTRES 031615	<i>Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</i>	81.540,00
	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	81.540,00

ÁREAS DE ATUAÇÃO E MÉTODOS A SEREM APLICADOS

As ações a serem realizadas levaram em consideração os seguintes fatores:

- O pessoal disponível para os trabalhos, lotados na auditoria;
- Materialidade, baseada no volume de recursos contidos na Proposta Orçamentária de 2011, seguindo a tabela abaixo:

Muito alta materialidade		X >	25%
Alta Materialidade	10%	< X <	25%
Média materialidade	1%	< X <	10%
Baixa materialidade	0,1%	< X <	1%
Muito baixa materialidade		X <	0,1%

Considerando a proporcionalidade de cada despesa sobre o montante total de recursos previstos na Proposta Orçamentária e a tabela acima chegamos à seguinte constatação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA



Quadro de Materialidade			
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8.745.295,00	21%	Alta Materialidade
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	6.765.703,00	16%	Média Materialidade
4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	4.577.135,00	11%	Média Materialidade

- Relevância de um determinado item em relação ao todo;

Dá-se pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividade pertencente ao Planejamento estratégico da instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários.

- Criticidade: Dá-se pela fragilidade ou ausência de controles observados.

Será empregado o método de amostragem nas ações quando o universo de processos for significativo, em função do quantitativo de servidores alocados na auditoria e da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil.

Os procedimentos específicos de cada rotina de auditoria serão definidos nos programas de Auditoria e Papéis de Trabalho elaborados pela Auditoria Interna do IFRO na forma descrita na Seção III, Capítulo V da IN 01/2001 – SFC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



Visto que o momento da Auditoria Interna é de estruturação, cabe a esta criar peças, modelos, manuais de execução, metodologias e métodos, aplicáveis na realidade da instituição que serão seguidos na execução das atividades dos próximos exercícios.

AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
01. CONTROLES DE GESTÃO									
1.1 Atuação do TCU	Não atendimento aos acórdãos e diligências do TCU.	TCU	Acompanhar o atendimento aos acórdãos e diligências evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	100% dos acórdãos e diligências emitidas no exercício de 2011.	05/jan	30/dez	AUDINT	102	Observação as normativas vigentes.
	Não alcance dos objetivos propostos.		Acompanhar as auditorias especiais e fazer a ponte com os setores/unidades internas.	Acompanhamento de 100% das solicitações de auditoria no exercício de 2011.	05/jan	30/dez	AUDINT	90	Observação as normativas vigentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

1.2 Atuação da CGU	Não atendimento às solicitações de auditoria e não alcance dos objetivos propostos.	CGU	Acompanhar o atendimento das solicitações na auditoria de acompanhamento e fazer a ponte com os setores / unidades internas.	Acompanhamento de 100% das solicitações de auditoria no exercício de 2011.	05/jan	30/dez	AUDINT	100	Observação as normativas vigentes.
	Não atendimento às orientações, recomendações e ao Plano de Providências.		Acompanhar o atendimento das orientações, recomendações e Plano de Providências evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	100% das orientações, recomendações e Plano de Providências emitidas no exercício de 2011.	05/jan	30/dez	AUDINT	92	Observação as normativas vigentes.
1.3 Atuação da AUDINT	Não atendimento dos prazos.	CGU	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (2011).	-	05/jan	14/jan	AUDINT	64	IN CGU N.º 07/2009; IN CGU N.º 01/2007; IN CGU N.º 09/2007.
	Não alcance dos objetivos propostos.	AUDINT	Construção de procedimentos para a execução dos trabalhos de auditoria.	-	05/jan	30/dez	AUDINT	146	Observação as normativas e legislações vigentes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

	Fragilidade dos controles internos, não atendimento às solicitações, constatações, recomendações e orientações.	AUDINT	Avaliar os controles internos, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações e recomendações evitando a fragilidade dos controles.	100% das solicitações de auditoria, orientações e recomendações.	07/abr	12/abr	AUDINT	32	Observação as normativas vigentes.
					07/jul	08/jul		16	
					08/ago	09/ago		16	
					08/nov	09/nov		16	
	Não atendimento aos prazos.	CGU	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (2012).	-	26/set	14/out	AUDINT	72	IN CGU N.º 07/2009; IN CGU N.º 01/2007; IN CGU N.º 09/2007.
1.4. Elaboração do Relatório de Gestão	Inobservância à legislação vigente quanto à elaboração do relatório de gestão.	AUDINT	Verificar o cumprimento das formalidades exigidas na elaboração do relatório de gestão, evitando incompatibilidade com a legislação.	Relatório de gestão.	03/mar	11/mar	AUDINT	40	IN TCU N.º 63/2010; DN TCU N.º 107/2010; Portaria TCU N.º 277/2010 e Portaria CGU 2.546/2010.
1.5. Registros no SIMEC/ SIAFI	Não execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações.	AUDINT	Acompanhamento da execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações desenvolvidos pela entidade.	100% dos módulos do SIMEC e no Balancete contábil no SIAFI do exercício	12/dez	15/dez	AUDINT	32	Observação as normativas vigentes
TOTAL DE HORAS								818	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
02. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA									
2.1. Análise da execução	Inobservância às normas vigentes.	AUDINT	Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação.	5% dos processos de pagamentos pelo fornecimento de bens e prestação de serviços.	14/mar	18/mar	AUDINT/ DA	40	Consulta SIAFI Lei n.º 4.320/1964 e normas correlatas Lei n.º 8.666/1993.
					13/jun	15/jun		24	
					24/out	26/out		24	
TOTAL DE HORAS								88	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
03. GESTÃO FINANCEIRA									
3.1. Análise da execução	Inobservância às normas vigentes quanto à concessão de diárias e passagens.	CGU/ AUDINT	Verificar a legalidade do ato de concessão inibindo pagamentos indevidos.	15% das diárias e passagens do exercício.	21/fev	25/fev	AUDINT/ SCDP/ DA	40	Lei n.º 8.112/1990; Port. N.º 98/2003; Dec. N.º 5992/2006; Consultas no SIAFI/ SCDP.
					13/abr	15/abr		24	
					28/jun	30/jun		24	
					27/out	31/out		16	
3.2. Cartão Cooperativo	Inobservância às normas vigentes quanto à aplicação dos recursos e a prestação de contas.	AUDINT	Analisar a aplicação e prestação de contas dos recursos evitando incompatibilidade com as normas vigentes.	15% das prestações de contas apresentadas no exercício.	10/mai	11/mai	AUDINT/ DA	16	Lei n.º 4320/1964; Dec. N.º 200/1967; Dec. N.º 93.872/1986; Portaria MF n.º 95/2002; Dec. N.º 5.355/2005; Portaria MP n.º 6.370/2008; Manual SIAFI Transação CONMANMF código 02.11.21.
					19/dez	21/dez		24	
TOTAL DE HORAS								144	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
04. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS									
4.1. Processos Licitatórios e Contratos	Impropriedades na elaboração e formalização de editais e contratos.	TCU / CGU / AUDINT	Verificar a legalidade e formalidades, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios e contratos.	5% dos processos do exercício.	22/mar	28/mar	AUDINT/ PROPLAD / DA	40	Lei n.º 8.666/1993; Lei n.º 8.897/1995; Dec. n.º 3.391/2001; Lei n.º 10.520/2002; Lei n.º 11.079/2004; Dec. n.º 5.504/2005; Dec. n.º 5.450/2005; LC n.º 123/2006.
					07/jun	10/jun		32	
					11/jul	14/jul		32	
					29/ago	30/ago		16	
					11/nov	18/nov		40	
TOTAL DE HORAS								160	

AÇÃO	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
05. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS									
5.1. Admissão	Registros inconsistentes ou irregularidade na apresentação dos documentos.	DGP / AUDINT	Avaliar a gestão dos Recursos Humanos sob os aspectos da legalidade e legitimidade.	Execução de atividade de Auditoria compartilhada com a CGU.	A definir. De acordo com a programação da CGU.	A definir. De acordo com a programação da CGU.	DGP / AUDINT	64	CF/1988; Lei n.º 8.112/1990.
TOTAL DE HORAS								64	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
06. GESTÃO PATRIMONIAL									
6.1. Almoxarifado	Inconsistência dos controles.	AUDINT	Verificar a consistência e aderência dos controles administrativos, evitando o desvio de materiais.	10% das fichas de controle de almoxarifado de 2 campi a serem selecionados por amostragem.	16/fev	18/fev	AUDINT / CPALM - Reitoria e Unidades.	24	IN n.º 205/1988; Normas sobre os RMAs; Princípios Fundamentais da Contabilidade; Fichas de entrada e saída de materiais.
					12/mai	13/mai		16	
					29/dez	30/dez		16	
6.2. Bens Móveis	Inconsistência dos controles.	AUDINT	Verificar a consistência e aderência dos controles administrativos, utilização, conservação e baixa de bens, prevenindo desvios e uso inadequado.	5% dos bens móveis de um campus a ser selecionado.	15/jul	20/abr	AUDINT / CPALM - Campus.	32	IN n.º 205/1988 Dec. 200/67 Princípios Fundamentais de Contabilidade Normas Brasileiras de Contabilidade.
TOTAL DE HORAS								88	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
 AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
07. GESTÃO OPERACIONAL									
7.1. Acompanhamento da execução dos projetos de reestruturação e expansão do IFRO	Inobservância a legislação vigente e não cumprimento do cronograma.	AUDINT	Verificação dos processos de licitação e acompanhamento do cronograma de obras.	50% dos processos de obras em execução.	26/jan	27/jan	AUDINT / Local das obras	16	Controle administrativo da demanda e legislação vigente.
					14/fev	14/fev		16	
					26/mai	27/mai		16	
					24/jun	27/jun		16	
					31/ago	31/ago		8	
					22/dez	26/dez		24	
7.2. Auditoria nos Campi	Não existência de controle interno.	CGU	Visita técnica para orientação de métodos de controle e verificação de existência de controles internos das unidades.	2 áreas a serem selecionadas em cada um dos campis.	25/abr	29/abr	Campi	40	Observação as normativas vigentes.
					22/ago	26/ago		40	
7.3. Acompanhamento e análise de indicadores de gestão	Não observância do acórdão 2.267/2005.	CGU	Análise da consistência dos indicadores de gestão.	Indicadores de gestão apurados no exercício de 2011.	16/ago	19/ago	AUDINT	32	Acórdão 2.267/2005.
TOTAL DE HORAS								208	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

Ação	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		H.H.	Conhecimento
08. RESERVA TÉCNICA									
8.1. Assessoramento e Orientações	-	GABINETE DO REITOR E UNIDADES GESTORAS	Assessoramento a administração com a emissão de orientações e pareceres	-	05/jan	31/jan	REITORIA / AUDINT	16	Atos primários e secundários inerentes ao Direito Administrativo e Finanças Públicas; Normas Internas da Instituição
					01/fev	28/fev		16	
					01/mar	31/mar		8	
					02/mai	31/mai		24	
					01/jun	30/jun		16	
					01/ago	31/ago		8	
					01/set	30/set		8	
					03/out	31/out		8	
					01/nov	30/nov		8	
01/dez	30/dez	8							
8.2 Atividades não Programadas	-	AUDINT	-	-	05/jan	31/dez	-	40	-
TOTAL DE HORAS								160	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



RESULTADOS ESPERADOS

Auditoria Interna espera poder contribuir para a melhoria da Gestão do IFRO. Os objetivos específicos para 2011 são os seguintes:

- a) Verificar o cumprimento, recomendações, diligências e determinações exaradas pelos órgãos públicos de controle externo;
- b) Avaliar a aplicação dos princípios da administração pública de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e qualidade da ação administrativa por parte do IFRO;
- c) Verificar a conformidade dos atos de admissão e algumas concessões relativas a servidores;
- d) Acompanhar as obras de estruturação e construção e verificar sua execução;
- e) Analisar se os recursos estão sendo aplicados de acordo com a finalidade para a qual foram criados;
- f) Verificar se os recursos patrimoniais estão sendo devidamente conservados, controlados e utilizados de acordo com a legislação vigente;
- g) Analisar a gestão do almoxarifado, nos aspectos de controle, conservação, aquisição e utilização;
- h) Assessorar os gestores, dentro das possibilidades, no que for necessário para melhoria dos controles internos;
- i) Desenvolver metodologias para a Auditoria Interna criando modelos para rotinas de trabalho, Manuais e Papéis de Trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

**AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO
DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA.**

Ação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Nº de horas
09. CAPACITAÇÃO					
Participação no FONAI - MEC / 1º Semestre	MEC / AUDINT	Promover a integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC.	MAIO	Rio de Janeiro - RJ	40
Curso de Auditoria Governamental	AUDINT	Estruturação e conformidade com as práticas de auditoria interna.	MARÇO	A definir	30
Curso de contratos de obras e serviços de engenharia - Gestão e Fiscalização.	AUDINT	Atualização e capacitação da equipe.	JUNHO	A definir	24
Participação no FONAI - MEC / 2º Semestre	MEC / AUDINT	Promover a integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC.	OUTUBRO	A definir	40
TOTAL DE HORAS					134

Os temas para capacitação planejados para o exercício de 2011 são inerentes às atividades de auditoria interna de uma instituição pública já que todos se referem ao serviço público federal.

As atividades de treinamento/capacitação poderão sofrer alterações tendo em vista a disponibilidade orçamentária e aprovação da Reitoria para realização de despesas desta Auditoria Interna.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA

RESUMO DO PAINT 2011

ACÃO	QUANTIDADE DE HORAS
ACÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS	
1. CONTROLES DE GESTÃO	818
1.1. Atuação do TCU	192
1.2. Atuação da CGU	192
1.3. Atuação da AUDINT	362
1.4. Elaboração do Relatório de Gestão	40
1.5. Registros no SIMEC/ SIAFI	32
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	88
2.1. Análise da execução	88
3. GESTÃO FINANCEIRA	144
3.1. Análise da execução	104
3.2. Cartão Cooperativo	40
4. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	160
4.1. Processos Licitatórios e Contratos	160
5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	64
5.1. Admissão	64
6. GESTÃO PATRIMONIAL	88
6.1. Almoxarifado	56
6.2. Bens Móveis	32
7. GESTÃO OPERACIONAL	208
7.1. Acompanhamento da execução dos projetos de reestruturação e expansão do IFRO	96
7.2. Auditoria nos Campi	80
7.3. Acompanhamento e análise de indicadores de gestão	32
8. RESERVA TÉCNICA	160
8.1. Assessoramento e Orientações	120
8.2. Atividades não Programadas	40
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORNECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA.	134
TOTAL GERAL DE HORAS	1964



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
AUDITORIA INTERNA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representatividade dos exames segue o método não-probabilístico descrito no Capítulo VI da IN SFC n.º 01/2001.

- As datas previstas no cronograma abrangem as etapas de planejamento, execução dos trabalhos e elaboração do relatório.
- O quantitativo de horas homem é uma projeção e pode sofrer alterações de acordo com o andamento das tarefas, complexidade dos trabalhos, disponibilidade de pessoal, demandas concomitantes e outras demandas não previstas.

Após cada ação da unidade de auditoria interna, os resultados serão levados ao conhecimento dos Diretores Gerais dos Campi e ao Reitor para que providenciem junto às chefias das áreas envolvidas, adoção de providências necessárias. A auditoria interna manterá o acompanhamento das solicitações. Os pontos não sanados constarão em relatório.

A auditoria interna preverá assistência necessária aos auditores da CGU e do TCU, quando visitarem a Instituição, bem como acompanhará as recomendações efetuadas pelos mesmos, informando seus resultados aos órgãos competentes.

Para cumprir com o estabelecido na IN CGU 07/2006, a auditoria ao final do exercício, emitirá Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna que após aprovado pelo Conselho Superior, será encaminhado à CGU, à Assessoria Especial de Controle Interno do MEC, e às chefias da Instituição.

Porto Velho, 17 de Janeiro de 2011.

ORIGINAL ASSINADO
Cheyenne Bronstrup Santana
Chefe da Auditoria Interna
Portaria 693 de 23/12/2010
Matricula SIAPE 1795389